

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR

Prof. Dr. Angelo Roberto Antoniolli

VICE-REITOR

Prof. Dra. Iara Campelo

CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Jean Carvalho Santos

REVISÃO GERAL

Maria Augusta Silveira Netto Nunes

COLABORADOR INPI

Patricia Pereira Peralta

Os personagens e as situações desta obra são reais apenas no universo da ficção; não se referem a pessoas e fatos concretos, e não emitem opinião sobre eles.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Propriedade intelectual em base de dados [recurso eletrônico]

P965p / Ícaro Dantas Silva ... [et al.]. – Porto Alegre : SBC ; São

Cristovão: UFS, 2017.

20 p.: il. – (Almanaque para popularização de ciência da computação. Série 3, Propriedade Intelectual; v. 14).

ISBN 978-85-7669-373-4

Computação. 2. Propriedade intelectual. 3. Direitos autorais e processamento eletrônico de dados. I. Silva, Ícaro Dantas. II. Série.

CDU 004:347.77(059)





Cidade Universitária José Aloísio de Campos CEP - 490100-000 - São Cristóvão - SE

ALMANAQUE PARA POPULARIZAÇÃO DE **CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**

SÉRIE 3: PROPRIEDADE INTELECTUAL

VOLUME 14

Propriedade Intelectual em Base de Dados

Sociedade Brasileira de Computação – SBC

Porto Alegre - RS

AUTORES

Ícaro Dantas Silva Maria Augusta Silveira Netto Nunes Rita Pinheiro-Machado Jean Carvalho Santos

Realização Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão - Sergipe - 2017

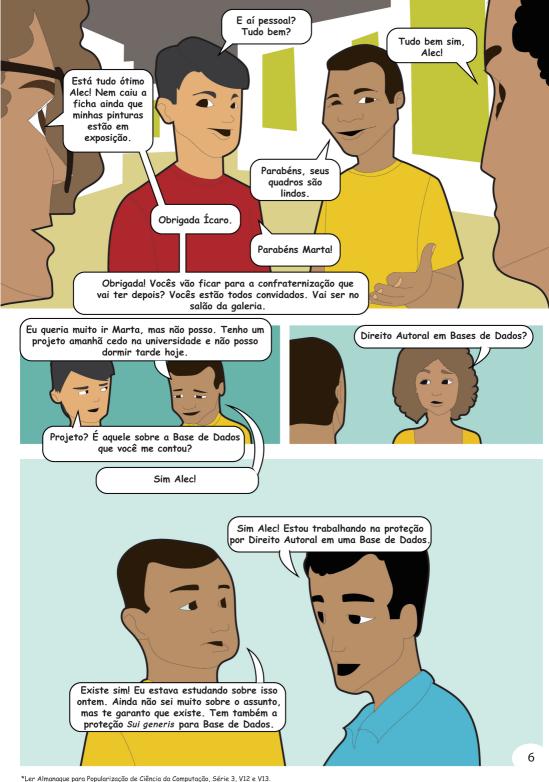
APRESENTAÇÃO

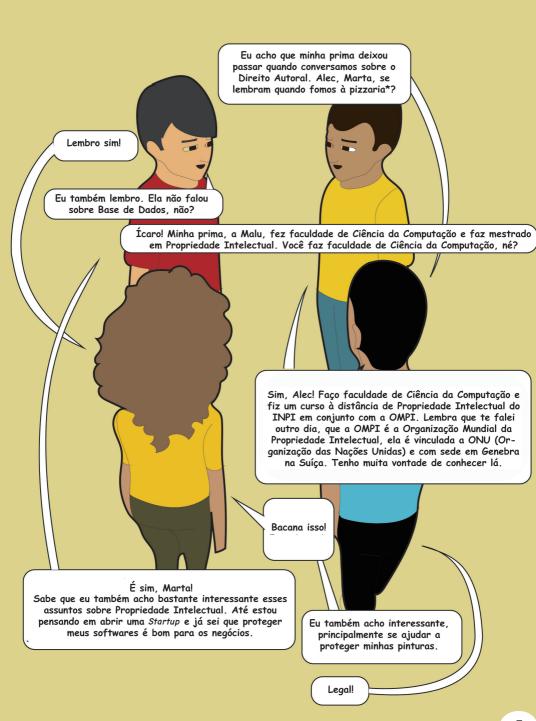
Essa cartilha foi desenvolvida como resultado do projeto de pósdoutorado de Maria Augusta S. N. Nunes, sob supervisão de Rita Pinheiro-Machado do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual INPI/RJ. É, também, vinculado ao projeto da Bolsa de Produtividade CNPq—DTII n°306576/2016-3, coordenado pela profª. Maria Augusta S. N. Nunes em desenvolvimento no Departamento de Computação (DCOMP)/Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação (PROCC) — UFS. Ainda, vinculado ao projeto de extensão para popularização de Ciência da Computação em Sergipe apoiado pela PROEX-UFS. O público alvo das cartilhas são jovens pré-vestibulandos e graduandos em anos iniciais. O objetivo é fomentar ao público sergipano e nacional o interesse pela área da Propriedade Intelectual com exemplos na área de Ciência da Computação.

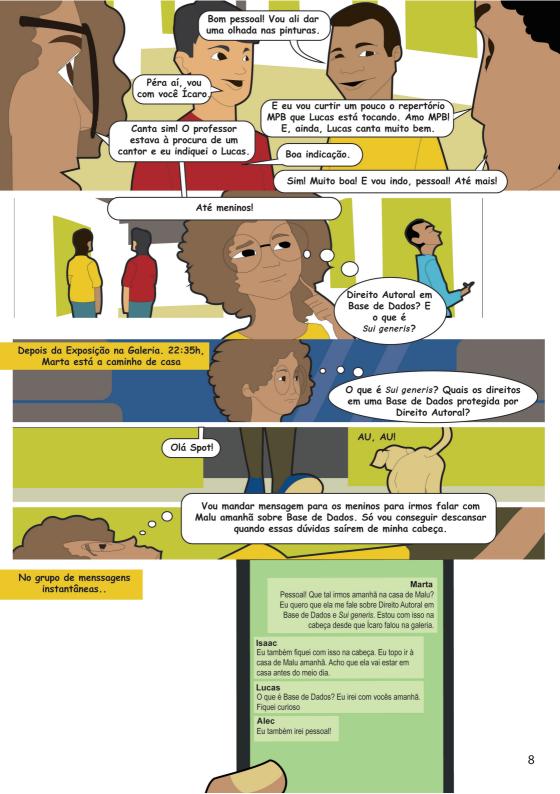
Essa cartilha apresenta as definições de Base de Dados e o comportamento dessa dentro da Propriedade Intelectual, ou seja, a cartilha aborda definições, diferenças, vantagens e legislações que versam sobre os dois tipos de proteção à Base de Dados: o Direito de Autor e a proteção *Sui Generis*.

(os Autores)

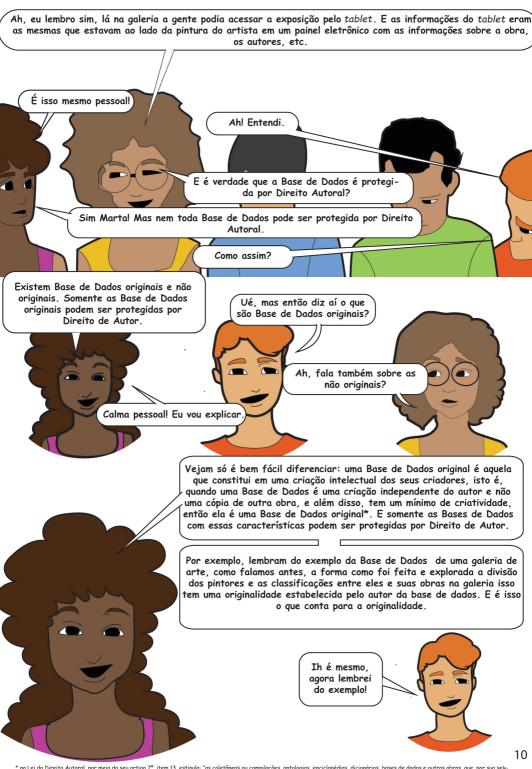












Agora, quanto às Bases de Dados não originais, elas não constituem uma criação intelectual dos seus criadores, logo não podem ser protegidas por Direito Autoral. Entretanto, para a criação dessas Bases de Dados não originais, quando for necessário um investimento substancial na obtenção, verificação e apresentação de seu conteúdo, sendo esse investimento substancial um investimento financeiro ou profissional, essa base de dados pode ser protegida em alguns países por Sui generis.

Pessoal, lembrem que essa proteção Sui generis é proposta pela OMPI (Organização Mundial de Propriedade Industrial) ou WIPO do inglês (World Intellectual Property Organizacion) a partir do movimento internacional que pode ser observado por meio da Directive 96/9/EC do Parlamento Europeu que versa sobre a proteção legal das bases de dados. No Brasil, a validade e o reconhecimento da proteção às bases de dados é pautado pelas regras

estabelecidas pela Convenção de Berna e por TRIPS, a partir da internalização dessa convenção e desse acordo por meio da LDA 9610/98. Infelizmente, o Brasil ainda não assinou o WIPO Copyright Treaty (WCT), um novo tratado da WIPO que prevê proteções que ainda não temos.

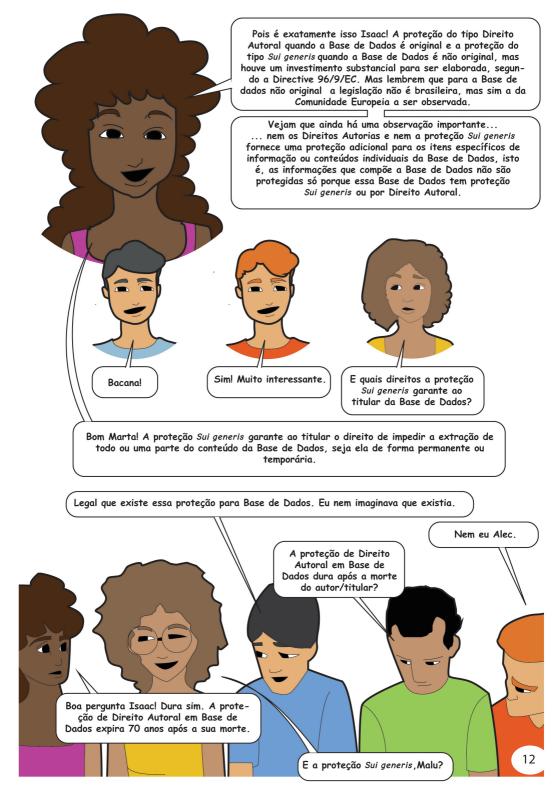
ww.wipo.int/wipolex/en/text.isp?file_id=126789 焚 Meninas na Comput: 🥞 Qualis | VerLab 🛅 meninas 🚞 pos-doc 🚳 RecSysWiki 🧲 Curriculo do Sistem: 🍴 personalitem 🕒 Maria Augusta Nunes 🔼 https://www.youtu WIPO Home > Reference > WIPO Lex **European Union (EU)** Directive No. 96/9/EC of the European Parliament and of the Council, of 11 March 1996 on the legal protection of databases **Bibliographic Entries** Texts **♣** Download WIPO Database of Intellectual Property
Legislative Texts EUROPEAN COMMUNITY Directive 96/9/EC of the European Parliament and of the Council of 11 March 1996 on the legal protection of datab THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL OF THE EUROPEAN LINION Having regard to the Treaty establishing the European Community, and in particular Article 57 (2), 66 and 100a thereof, Having regard to the proposal from the Commission1, Having regard to the opinion of the Economic and Social Committee2, Acting in accordance with the procedure laid down in Article 189b of the Treaty³. Whereas databases are at present not sufficiently protected in all Member States by existing legislation; whereas such protection, where it exists, has different attributes; (2) Whereas such differences in the legal protection of databases offered by the legislation of the Member States have direct negative effects on the functioning of the internal market as regards databases and reedom of natural and legal persons to provide on-line database goods and services on the basis of harmonized legal arrang ents throughout the Community; wh differences could well become more pronounced as Member States introduce new legislation in this

> Vejam um exemplo de uma Base de Dados não original: A lista telefônica é um bom exemplo!

Lembram daquele livro com números de telefones de clientes de uma determinada região, das páginas amarelas. Ele não possui o nível de originalidade que uma Base de Dados precisa ter para ser protegida por Direito de Autor, mas o modo de organização da Base de Dados, ordem alfabética, e as informações que compõe a Base de Dados, todos os clientes de uma região geográfica resultaram de investimento em recursos e tempo de alguém e podem ser classificados, por isso, como Base de Dados não originais.

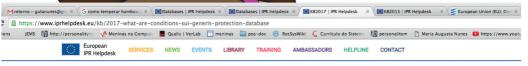
Opa, então existe dois tipos de proteção para Base de Dados, não é?







A proteção Sui generis dura 15 anos após a elaboração da Base de Dados, mas se a Base de Dados foi publicada durante esse período, o prazo dura 15 anos iniciado a partir da data de publicação, segundo o European IPR helpdesk. Mas lembre que o pedido Sui generis não é feito no Brasil, pois não está tipificado na legislação brasileira.



Home / What are the conditions for the sui generis protection of a database?

What are the conditions for the sui generis protection of a database?

Category

Databases

The sui generis protection of databases applies if a substantial investment was made in obtaining, verifying and presenting its contents. A substantial investment is to be understood as a financial and/or professional investment, which may consist in the deployment of financial resources and the expending of time, effort and energy made in obtaining and collecting the contents.

The collection of data should be contained in a fixed base, which includes technical means - electronic, electromagnetic or electrooptical processes or other means - index, table of contents, plan or method of classification, to allow the retrieval of any independent material contained therein.

Database protection can apply to both electronic and non-electronic (paper) databases as well as both static and dynamic databases.

The term of protection of the sui generis right is 15 years following the database's completion. However, if the database is published during this time, the 15-year term will start running from the publication date.

If a new substantial investment is made to an existing database (updates or supplements), the creator will have a new right to the altered database or its substantial part.

why register?

Upcoming events

Search

18 01 Presentation of the services 08.02. Webinar: Introduction to IP 01.03 NEW Webinar! Arbitration and... More

Follow Us

RSS feed | Linkedin | Twitter

User Account



copyright

C+352 252233 333

privacy

testimonials © European Union (2011 - 2017). This project rec on's Horizon 2020 research and inc nt No 641474. Our helpdesk office hours are from 0 CET/CEST (Monday to Friday).



partners

about us

Malu, e se a Base de Dados foi alterada ou atualizada. E se um novo investimento substancial é feito para a Base de Dados?

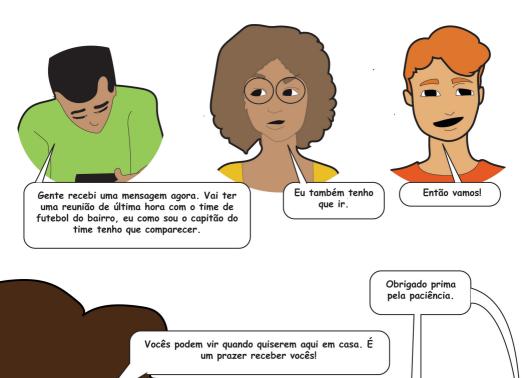


Nesse caso, o criador terá um novo direito à Base de Dados alterada ou à sua parte substancial.



disclaimer

Uau! Muito legal!





Passatempos

Caça - Palavras:

Existem dois tipos de PROPRIEDADE INTELECTUAL em BASE DE DADOS: o DIREITO AUTORAL (segundo Lei do Direito Autoral), quando a Base de Dados é original e proteção SUI GENERIS, quando a Base de Dados não é original, mas houve um investimento substancial para ser elaborada (segundo Directive No. 96/9/EC), sendo que a proteção sui generis é exclusiva para Comunidade Europeia e/ou signatários do WCT e não tem validade no Brasil.

Α	Q	Z	Α	W	Х	В	S	Е	С	D	С	F	V	Т	В	D	G	Н	Α
E	Q	Α	Z	Х	F	w	D	F	G	Н	Т	Q	W	E	Н	Υ	U	0	J
U	ī	P	R	0	P	R	ı	E	D	Α	D	E	L	ī	С	D	E	М	D
S	Х	N	F	G	J	Н	G	0	Q	W	Е	R	Т	N	Υ	U	0	ı	Q
Α	L	S	R	D	F	G	Н	J	S	J	К	L	Ç	Т	Т	С	Х	٧	В
U	Α	R	Α	٧	С	Α	J	U	В	Χ	Α	S	T	Е	R	Z	D	0	S
D	Н	Т	Н	Ε	В	Α	Ε	Α	Т	L	С	Ε	S	L	U	С	D	Α	U
С	Н	Е	Α	R	R	F	Υ	Р	0	Т	J	Н	Е	Е	0	Р	_	ш	1
G	0	Р	Μ	_	S	ı	Ν	0	Ν	Е	Ι	Υ	0	С	F	Α	R	0	Р
Н	С	Т	٧	Ε	S	1	R	В	-	J	R	L	F	Т	W	Ε	Η	-	G
U	S	С	0	-	Q	S	D	Μ	R	D	α	Ε	Υ	\Box	ш	Α	C	L	Ε
Q	_	С	R	Ζ	Z	Μ	Α	-	F	G	Q	Ν	C	Α	J	S	J	Α	N
Α	D	L	R	U	Е	0	F	F	U	L	Ã	Ê	Α	L	U	В	Х	Q	Е
Z	0	S	С	S	С	Ε	N	0	ı	Ε	-	F	ı	Α	S	U	0	ı	R
Х	С	D	С	F	٧	Т	В	Q	Α	Z	Χ	F	W	D	F	F	٧	Т	ı
S	G	Н	Т	α	W	Е	Η	_	Р	Α	S	۵	F	J	ш	α	V	Е	S
S	Α	_	J	K	L	Α	С	L	N	F	G	J	Н	G	0	K	L	Α	-1
W	Q	F	G	Н	J	S	J	Α	S	R	D	F	G	Н	J	R	Т	Р	Ç
В	Α	S	Ε	J	D	Е	Χ	D	Α	D	0	S	W	D	F	L	Ç	Z	L
R	Ê	С	Н	G	S	U	0	-	Q	S	D	М	R	D	Q	Ε	Υ	Ε	К
F	R	Υ	S	1	1	U	R	Ν	Z	М	Α	-	F	G	Q	Ν	С	0	J
V	Т	٧	R	Ã	D	L	R	J	Ε	0	F	F	J	L	Ã	Ê	Α	0	Н
В	-	С	Z	Ε	D	_	R	Ε	-	Т	0	0	Α	J	Т	0	R	Α	L
N	Т	Ν	R	٧	ı	L	U	U	R	Т	F	Z	C	L	U	J	Α	0	S
Н	Ê	С	Н	G	S	U	0	ı	Q	S	D	М	R	D	Q	Ε	Υ	Ε	F
Υ	R	Υ	S	ı	ı	U	R	N	Z	М	Α	-	F	G	Q	N	С	0	Α
U	J	М	K	Ι	0	L	Ç	Р	0	Ι	U	Υ	Т	М	Ν	В	>	C	Z

^{*}A acentuação das palavras do Caça-Palavras foram desconsiderada por facilitar o jogo.

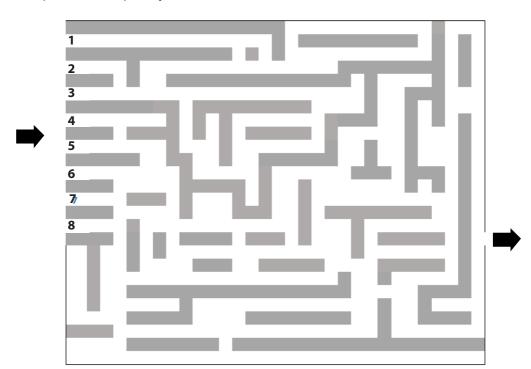
Palayras - Cruzadas

Labirinto

As entradas do labirinto numeradas correspondem a lista de itens. Nem todas as entradas levarão a saída. Para descobrir quais entradas levam a saída, basta analisar quais itens são verdadeiros e quais itens são falsos. Somente as entradas cujos itens correspondentes é verdadeiro é que levarão a saída do labirinto.

Lista de itens:

- 1) Toda Base de Dados é protegida por Direito Autoral.
- 2) As Base de Dados originais, ou seja, as que constituam uma criação intelectual dos seus criadores são protegidas por *Sui generis*.
- 3) Caso exista um investimento com recursos financeiros e ocupação do tempo, esforço e energia para elaborar uma Base de Dados, então essa Base de Dados é protegida por Direito Autoral.
- 4) Nem os Direitos Autorias e nem a proteção *Sui generis* fornece uma proteção adicional para os elementos individuais da Base de Dados.
- 5) A proteção *Sui generis* garante ao titular o direito de impedir a reutilização de toda ou uma parte da Base de Dados.
- 6) A proteção *Sui generis* garante ao titular o direito de impedir a extração de todo ou uma parte do conteúdo da Base de Dados.
- 7) A proteção de Direito Autoral para Base de Dados expira 70 anos após a morte do titular.
- 8) A proteção *Sui generis* dura 15 anos após a elaboração da Base de Dados, mas caso a Base de Dados tenha sido publicada durante esse período, o prazo dura 15 anos iniciado a partir da data de publicação.



Jogo dos 7 erros





Respostas dos passatempos em

http://meninasnacomputacao.com.br/publicacoes

BIBLIOGRAFIA

SILVEIRA, C. BANCOS DE DADOS ORIGINAIS E NÃO-ORIGINAIS. Trabalho apresentado no Congresso Internacional da Propriedade Intelectual Mercosul e ALCA (ASPI – Associação Paulista da Propriedade Intelectual. Águas de Lindóia. Outubro de 2003.

European IPR Helpdesk. Databases. 2016. Acessado em 27 de junho de 2016. Disponível em:https HYPERLINK "https://www.iprhelpdesk.eu/taxonomy/term/166"

Nunes, M.A.S.N. e Pinheiro-Machado, R. Propriedade Intelectual e Busca de Informação Tecnológica na área da Computação. In: Araujo, R.M. e Chueri, L.V. (eds) Pesquisa e Inovação: Visões e Interseções. (livro em processo de publicação. UNIRIO). 2017.

WIPO. WIPO Copyright Treaty (WCT). Acessado em 03 de janeiro de 2017. Disponível em http://www.wipo.int/treaties/en/ip/wct/

LEIS:

Convenção de Berna: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D75699.htm

TRIPS: http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf

Lei do Software/Programa de Computador: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9609.htm

Lei do Direito Autoral: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm Convenção da União de Paris: http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/cup.pdf

Lei da Propriedade Industrial: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm

OUTRAS CARTILHAS DE COMPUTAÇÃO EM:

http://www.inpi.gov.br/publicacoes ou http://meninasnacomputacao.ufs.br/

SOBRE OS AUTORES

ÍCARO DANTAS SILVA

Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC)

Bacharelando em Ciência da Computação na Universidade Federal de Sergipe -UFS.

MARIA AUGUSTA SILVEIRA NETTO NUNES

Bolsista de Produtividade Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq

Professor Adjunto IV do Departamento de Computação da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação (PROCC) na UFS. Pós-doutora em Propriedade Intelectual no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Doutora em "Informatique pela Université de Montpellier II - LIRMM em Montpellier, França (2008). Realizou estágio doutoral (doc-sanduíche) no INESC-ID-IST Lisboa- Portugal (ago 2007-fev 2008). É mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998) e possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade de Passo Fundo (1995). Possui experiência acadêmico-tecnológica na área de Ciência da Computação e Inovação Tecnológica/Propriedade Intelectual. Atualmente, suas pesquisas estão voltadas, principalmente na área de inovação Tecnológica usando Computação Afetiva na tomada de decisão Computacional. Atua também em Inovação Tecnológica, Propriedade Intelectual capacitando empresários na área de TI e fornecendo consultoria em Registro de Software e patente.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/9923270028346687

RITA DE CÁSSIA PINHEIRO MACHADO

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Santa Úrsula (1984). Mestrado (1999) e Doutorado (2004) em Química Biológica, ambos com ênfase em Gestão, Educação e Difusão de Biociências, realizados no Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente sou pesquisadora do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) onde comecei a trabalhar como examinadora de patentes (2002 - 2004); fui Coordenadora da Cooperação Nacional (2005 - 2007), setor ligado a atual Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento (DICOD) e que atua na articulação de parcerias com os diversos atores do sistema nacional de inovação. Em 2008 coordenei a Academia da Propriedade Intelectual e Inovação onde são organizados cursos de capacitação de curta, média e longa duração, inclusive cursos de pós-graduação Lato e Stricto sensu. Entre 2009 - 2013 atuei como Coordenadora-Geral de Ação Regional coordenando a atuação do INPI nos Estados da Federação. Desde 2006, atuo como Professora do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI. Em julho de 2013, assumi a Coordenação Geral da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2397508258376320

JEAN CARVALHO SANTOS

Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC)

Graduando em Design Gráfico Pela Universidade federal de Sergipe. Possui experiência nas áreas de design de interfaces digitais, design editorial e ilustração com foco na criação de personagens, storyboards e ilustração publicitária.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/4054041404473563

AGRADECIMENTOS

Ao INPL, SBC, DCOMP, PROCC, CNPq, CAPES, FAPITEC e BICEN.



















